

FORMAÇÃO HUMANA OU PARA TRABALHAR? UM OUTRO CAMINHO É NECESSÁRIO

FORMATION HUMAN OR FOR WORKING: ANOTHER PATH IS NECESSARY

Jerciano Pinheiro Feijó¹

RESUMO

Esse estudo introduz um debate que pretendemos levantar sobre o caminho da formação oferecida nas escolas para os jovens brasileiros, hoje, claramente marcado pela dualidade do sistema educacional, uma escola para as classes dominantes e outra para a classe trabalhadora. Nossa análise dar-se-á documentalmente, ou seja, terá como fonte a produção bibliográfica sobre o sistema educacional no Brasil, utilizaremos como referência SAVIANI (2007), FRIGOTTO (2005. 2016), MÈSZAROS (2008) e outros. Está claro que, historicamente, sempre houve um processo formativo para os dominantes e outro para o restante da população, contudo o sistema capitalista constrói a ilusão da ascensão social para aqueles que absorvem um valioso 'capital cultural' e que através da meritocracia haverá a possibilidade da redenção material. Isto é vendido pelo sistema educacional em todos os níveis e modalidades de ensino. Entendemos que para mudar a realidade social, não basta a luta social, é necessário realizá-lo alterando toda a estrutura do sistema educacional. Neste texto não apontamos (ainda) o caminho, mas afirmamos que é necessário construí-lo.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Capital Cultural; Dualidade Educacional; Sistema Escolar.

ABSTRACT

This study introduces a debate that we intend to raise on the path of training offered in schools for young Brazilians, today clearly marked by the duality of the educational system, one school for the ruling classes and another for the working class. Our analysis will be documented, that is, will have as a source the bibliographic production on the educational system in Brazil, we will use SAVIANI (2007), FRIGOTTO (2005 2016), MÈSZAROS (2008) and others. It is clear that, historically, there has always been a formative process for class the dominant and another for the rest of the population, yet the capitalist system builds the illusion of social ascension for those who absorb a valuable 'cultural capital' and through meritocracy there will be the possibility of material redemption. This is sold by the educational system at all levels and modes of teaching. We understand that to change social reality, social struggle is not enough, it is necessary to do it by altering the whole structure of the educational system. In this text we do not (yet) point the way, but we affirm that it is necessary to construct it.

Keywords: Professional Education; Cultural Capital; Educational Duality; School System.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, graduado em História e Especialista em Estudos Clássicos (Cultura Greco-Romana) pela Universidade Regional do Cariri. Professor de educação básica e tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Tem experiência na área de Sociologia, História Antiga e Medieval e História do Brasil Contemporâneo. Atuando com os seguintes temas: Cultura Popular, Educação Profissional, Mundo do Trabalho e Capitalismo.

APRESENTAÇÃO

No Brasil, historicamente, a Educação Profissional é vista como modalidade de ensino voltada às classes subalternas, pois, desde os primórdios, ainda na Colônia, serve ao treinamento de trabalhadores para o exercício de uma atividade laboral, opondo-se à formação oferecida aos filhos das classes abastadas, que sempre viram no trabalho manual atividade inferior.

Essa herança ideológica pejorativa já existia quando Nilo Peçanha instituiu os Liceus de Artes e Ofícios direcionados aos pobres e desvalidos, por via do Decreto 7.566/1909. Na justificativa desse dispositivo legal, o Presidente lembra que o objetivo é prover uma formação adequada aos “cidadãos desprovidos ou desfavorecidos da fortuna”, combater a criminalidade e torná-los úteis ao país.²

Nos anos 1940, com o surgimento do Sistema S e a transformação dos liceus de artes e ofícios em escolas técnicas federais com foco na oferta de formação técnica para indústria/urbana e as escolas agrotécnicas federais, que objetivavam a formação em nível técnico para o campo, tem curso um novo caráter, de qualificação/treinamento de força de trabalho.

Nos anos de 1970, durante o ‘Milagre Econômico’ da ditadura civil-militar, pautado no acelerado desenvolvimento do parque industrial, gerador de grande quantidade de capital, quando o “slogan” era: “Primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”³; a Lei 5.692/71 pretendia tornar todas as escolas em técnico-profissionalizantes, de forma a estabelecer, o à época denominado 2º grau, como uma etapa do processo formativo em que, obrigatoriamente, o estudante iria se formar em uma profissão.

Esse período foi marcado, no campo da Educação, pela introdução da Teoria do Capital Humano, cuja ideologia defende a noção de que, quanto maior quantidade de conhecimento e capacidade de produção tiver o trabalhador, mais valiosa é sua força de trabalho, portanto, poderá melhorar sua condição material.

Nessa fase, há uma expansão da rede federal de ensino, surgindo, ao final dos anos de 1970, os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET’s⁴, cujas responsabilidades, então, ampliavam-se, passando a ofertar, além do Ensino Médio Técnico Profissionalizante, cursos superiores e de pós-graduação.

² Ver: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>

³ Frase atribuída ao Ministro da Fazenda do governo Médici. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>

⁴ Por meio da Lei n. 6.545 de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFET’s, autorizados a ofertar cursos de nível superior e pós-graduação.

Os anos de 1980, marcados por grave crise econômica e social, leva à estagnação da oferta de Educação profissionalizante e isto se acentua no período do Governo Fernando Henrique Cardoso que, mesmo alcançando a estabilidade econômica, incentivou a iniciativa privada e o Sistema S à qualificação/formação de trabalhadores, enfraquecendo a Rede Federal de Ensino Profissional em recursos e obrigações, de maneira a separar o ensino propedêutico do profissional.

Este panorama mudou significativamente com o advento do governo Lula. Em 2003, iniciam-se debates no campo da Educação profissional que culminam com a revogação do Decreto 2.208/97 e sua substituição pelo 5.154/04, reestabelecendo o Ensino profissional integrado. A Lei 11.195/08 instituiu uma Rede Federal de Ensino, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com base nos CEFET's e Agrotécnicas, concedeu-lhes nova diretriz legal, dando-lhes autonomia administrativa e financeira, permitindo que ofertassem cursos em todas as modalidades e níveis de ensino, priorizando a Educação profissional de nível médio técnico.

Que tipo de ideologia educacional, porém, norteou essa expansão? Para quem servia o crescimento da rede de Ensino profissional e tecnológico? Talvez essas perguntas tivessem respostas no Decreto 5.154/04, mas, como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), aquela foi a lei possível no contexto em que ela se desenvolveu.

A formação humana, como princípio educativo, era uma possibilidade, mas não necessariamente seria a regra da expansão pois, de um lado, existia a pressão do mercado que objetivava a formação/qualificação de trabalhadores e, de outro, educadores que pretendiam a formação humana. Enquanto os primeiros buscavam bons profissionais alinhados ao desenvolvimento do capital, estes queriam seres humanos com sólida e ampla formação cultural e social.

Nossa participação nesse debate começou em 2013, quando iniciamos o projeto de pesquisa intitulado “A Influência do Ensino de Sociologia em Cursos Profissionalizantes de Nível Médio como Fator de Formação para Emancipação”; desenvolvido no *Campus* Iguatu, do Instituto Federal de Educação do Ceará. Naquele momento, a pergunta que nos orientava se relacionava às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais, principalmente Sociologia e História: como poderiam contribuir para uma formação emancipadora num contexto de grande pressão para que os jovens adentrassem o mais rapidamente possível o mercado de trabalho?

O resultado daquele estudo produziu mais duas novas perguntas: qual o papel do Ensino Médio integrado dentro dos Institutos Federais de Educação? A formação ofertada pela

Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica pretende a emancipação ou o ensino de uma profissão?

Esta pesquisa mostrou-nos que, mesmo passados dez anos de sua criação, os Institutos Federais continuam em formação, há ainda muito a ser consolidado e construído, principalmente quanto ao norte teórico/metodológico e ideológico que deverá caminhar. Percebemos que ocorre uma disputa/conflito entre os interesses do empresariado e os dos estudantes, mediado pela disputa/conflito entre os profissionais que atuam no IFCE.

Diante disso o problema/desafio que surge é: a formação humana ou a preparação para o trabalho, qual deve ser o foco central da ação dos Institutos Federais de Educação. Tendo o Instituto Federal do Ceará como campo de estudo. Este artigo expõe esse problema sem querer dar de conta imediata de uma solução, ao mesmo tempo contribuindo para o alcance desta.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM DEBATE SEM FIM

No Brasil, durante os anos de 1980, o grupo liderado pelo filósofo Dermeval Saviani, no debate em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, defende a implantação de um sistema escolar ‘politécnico’.

Como assinala Rodrigues (1998, p. 34-35)

Pode-se atribuir a Dermeval Saviani o papel de desencadeador do debate atual sobre a politecnicidade no Brasil, a partir da sua atuação no curso de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. [...] Com a promulgação da Constituição em 1988, abriu-se o período de debates acerca das chamadas *leis complementares*, que necessariamente decorriam da nova Carta. Com isso, a discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) irrompeu no Brasil levando consigo o debate da politecnicidade. Mais uma vez, coube ao professor Dermeval Saviani a iniciativa de produzir um texto que, como diz o próprio autor, é ‘um início de conversa’ para a formulação da nova LDB, onde se destacam os conceitos de desenvolvimento omnilateral e politecnicidade.

Na composição desse debate, estudos sobre Educação profissional, acerca de dualidade do sistema escolar, a respeito da influência de organismos internacionais na educação nacional, no concernente aos conceitos formação humana e teoria do capital humano, enfim, no que é pertinente à Educação e trabalho se ampliam fortemente.

Ainda nos anos de 1980, Saviani (1989) liderou e orientou uma série de estudos sobre a Educação nacional, pautando esses trabalhos em uma proposta - emancipação humana - no que ele mesmo chama de politecnicidade. Essa proposta de escola contrapunha-se ao perfil adotado pelo período militar desde 1970, alicerçada na visão de Theodore Schultz (*apud* ARAPIRACA, 1979) denominada de Teoria do Capital Humano, implantado no Brasil sob a

orientação da *United States Agency for International Development* – USAID, por via dos acordos MEC-USAID.

Dessa maneira, após a derrocada dos governos militares e no âmbito da elaboração da Carta Magna de 1988, que delegou a leis complementares a legislação para Educação no país, Saviani (1989), no texto ‘Sobre a Concepção de Politecnicidade’, exibe uma proposta para a escola, sugerindo sob quais princípios deveria se constituir a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Frigotto (1988) – talvez o mais próximo entre os interlocutores de Saviani -, corroborando o pensamento do Filósofo paulista, proferiu aula inaugural da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV, e explicou que, naquele momento histórico,

[...] a escola que estamos inaugurando sinaliza claramente que não nos conformamos com a sociedade excludente e a escola excludente e que acreditamos que dentro da velha estrutura é possível arrancar um novo possível histórico. Isso, de imediato, nos indica que esta iniciativa só terá consequência efetiva se se fundar numa luta mais ampla, institucional e social, que se trava no plano da estrutura político, social, econômica, cultural e ética da nossa sociedade (FRIGOTTO, 1988, p. 436).

Saviani (1989), busca apresentar um paradigma para a formação da classe trabalhadora, neste momento histórico e no Brasil, focada no Ensino Médio. Isso significa que uma escola fundada no politecnismo tem por princípio a aliança entre o trabalho manual e o intelectual e deverá ocorrer numa fase educativa posterior à Educação Elementar.

No Ensino Médio, é necessário ir além do domínio dos conhecimentos básicos e gerais, é mister adentrar ao mundo do processo produtivo. Para Saviani (2007), nesta fase do processo escolar,

[...] a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (p. 160).

De efeito, a politecnicidade passa a ser imperativo como projeto para o Ensino Médio, por quanto não se deve apenas ensinar os jovens a exercerem uma atividade laboral, adentrar uma profissão, reduzindo a escola a um espaço de treinamento do setor produtivo. Impõe-se propiciar aos estudantes o domínio dos conhecimentos científicos nos distintos ramos da produção material, incentivando-os ao desenvolvimento de outros saberes, sendo capazes de tanto realizar como planejar/criar novos processos.

Por isso, esse projeto se diferencia do e da escola profissionalizante/instrumentalizante/adestradora. Para Saviani (2007), o advento de uma escola de Ensino Médio politécnica aproxima-se da escola ativa, criadora de autonomia, mas, ao mesmo tempo,

‘desinteressada’, pois não leva à profissionalização, mas ao domínio do processo produtivo, ao seu desenvolvimento e expansão.

Esse ciclo formativo, proposto por Saviani (1989), pensa a estruturação de um sistema nacional de Educação. Essa formulação opõe-se ao ‘2º grau’ institucionalizado no Brasil nos anos de 1970, quando, ao determinar a padronização do ensino secundário, a reforma educacional preconizada na Lei 5.692/71 não buscou pôr fim a dualidade já existente no sistema escolar, ao contrário, acentuou-a.

A experiência da reforma de 1971, que estabelecia a escola única profissional no ensino de 2º grau, marca a tentativa de criar uma escola que profissionaliza os jovens ao dar-lhes uma habilitação para o mercado de trabalho, contudo

[...] persiste a diversidade como a principal característica do ensino de 2º grau; continuam a existir vários tipos de escola de 2º grau, com distintos níveis de qualidade. As escolas que, antes da Lei 5.692/71, ministravam cursos profissionalizantes de qualidade, continuam a fazê-lo, basicamente, nas áreas de ensino técnico industrial, agropecuário, comercial e de formação de professores para as primeiras séries do 1º grau. As escolas que preparavam os filhos da burguesia e da pequena burguesia para o vestibular continuam a fazê-lo usando artifícios para esconder seu caráter propedêutico sob a falsa proposta profissionalizante. Quanto às escolas públicas de 2º grau, de modo geral, em face de suas precárias condições de funcionamento, não conseguiram desempenhar funções nem propedêuticas, nem profissionalizantes, caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade. (KUENZER, 1989, p. 16-17).

Para Kuenzer (1989), a Pedagogia da fábrica que se estabelece não tem o trabalho como princípio educativo, mas a competição e a ascensão individual como meta, alicerçada na Teoria do Capital Humano e na meritocracia com vistas a conquistar a melhoria social, perspectivas de formação que se opõem radicalmente à emancipação humana componente da proposta politécnica.

Conforme Dore Soares (2000), ao longo do século XX, não foram poucos os momentos de aprofundamento da exploração da força de trabalho. Isso ocorre por meio de uma transformação constante nas técnicas de produção, nas tecnologias de transporte, comunicações, comércio, nos sistemas de *marketing* e distribuição dos produtos, exigindo que o trabalhador ao mesmo tempo em que se submete às determinações impostas pelas mudanças no mundo do trabalho adapta-se constantemente ao mercado, para poder vender sua força de trabalho.

Desde meados dos anos de 1970, as indústrias que ora adotavam o formato fordista e os países que se organizavam baseados na teoria keynesiana, que até então garantira o desenvolvimento capitalista, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, apresenta sinais de esgotamento, exigindo uma profunda reordenação da sistemática de propagação do sistema

capitalista. Para que o seu objetivo central não seja secundarizado, fez-se necessário reformular as modalidades de reprodução do capital para garantir o crescimento do lucro.⁵ Por essa transformação, também passa a formação de trabalhadores.

FORMAÇÃO DE TRABALHADORES EM MEIO À CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL

A tese do esgotamento fordista é dita por Mészáros (2008, p. 82) como uma crise estrutural do próprio “sistema de controle do metabolismo social” – *o capital*. Essa crise perdura até os dias de hoje e é em meio a esse contexto que se expande a Teoria do Capital Humano.

De acordo com Schultz (*apud* ARAPIRACA, 1979), os trabalhadores incorporam a ideologia capitalista, no sentido de que adquirem conhecimentos e habilidades que representam valor econômico para si e adquirem valor de troca para sua força de trabalho. Essas habilidades adquiridas pelo processo formativo ocorrem não somente na escola, mas também em treinamentos técnicos dentro da própria fábrica.

A Teoria do Capital Humano alarga o conceito de capital e enaltece a individualidade, defendendo a ideia de ascensão social, não levando em consideração as bases materiais da existência do homem, muito menos reconhecendo a luta de classes. Para justificar a necessidade do desenvolvimento pessoal, soma-se à Teoria do Capital Humano a ideologia da meritocracia. Aqui, ocorre uma transferência de valores morais da classe dominante para a camada trabalhadora, transportando a ideologia de que o mérito pessoal, as capacidades individuais, aplicadas ao esforço contínuo e sistemático, adquiridos por meio da formação escolar, serão capazes de render maiores salários, levando-o a uma condição social privilegiada.

Arapiraca (1979, p. 20-21) aponta que

A um nível individual o trabalhador é levado a acreditar que a escola é a via do seu acesso às classes dominantes. Essa crença pressupõe que ele tenha aceito os valores veiculados e disseminados na sociedade capitalista, através de todos os meios disponíveis: a escola, os meios de comunicação de massa, as artes etc.

Assim, a competição que serve de pressuposto à meritocracia é meio para a reprodução do próprio sistema, pois aumenta a produtividade na mesma proporção que acentua as desigualdades sociais e a exploração do homem sobre o homem.

A escola prepara e qualifica para o trabalho, aumenta e melhora a capacidade da pessoa produzir, ensejando vantagens econômicas ao capitalista. A escola também é

⁵ Para maior esclarecimento sobre a superação do modelo fordista/taylorista e do Estado de Bem-Estar Social (keynesianismo), ver: Antunes, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

responsável por gerar a tecnologia. O trabalhador se compromete no aperfeiçoamento de novas máquinas e equipamentos, aumentando ainda mais o nível de exploração sobre si. Por isso,

O interesse do capital pela educação dos trabalhadores se explicaria pela mudança do paradigma produtivo que exigiria a substituição de uma formação pautada na qualificação específica por outra fundada na qualificação geral. Essa mudança de paradigma educacional visaria, antes de tudo, à formação de competências mais apropriadas ao moderno modelo técnico-organizacional, visando à empregabilidade do trabalhador. (SALES, 2010, s/p).

Entende-se que, no capitalismo, a escola está a serviço das classes dominantes, porém essa situação não cessa a luta de classes e o proletariado continua a estabelecer as condições para desenvolver uma educação emancipadora do capital e de sua ideologia. Frigotto (2005, p. 152) aponta que “[...] a luta fundamental capital-trabalho, que é primeiramente uma luta pela sobrevivência material, é também uma luta por outros interesses, dentre esses o acesso ao saber social elaborado e sistematizado”; esta é uma luta pela escola dos trabalhadores para eles próprios.

Como assinala Wagner Rossi (1977), na sua tese “Capitalismo e Educação”, a escola participa da reprodução da força de trabalho, sendo colocada a serviço dos interesses do capital, que atribui a ela o papel de aumentar a capacidade dos trabalhadores de produzir. Podemos compreender que o papel da escola na ideologia capitalista atual é produzir um cidadão incapaz de pensar por si e que está disposto a reproduzir o sistema vigente.

Essa proposta dualista de escola na qual, para a classe trabalhadora, é meramente instrumentalizante, visa à reprodução contínua de todo o sistema capitalista, contrapondo-se ao que pretende a formação humana/politécnica. Se, por um lado, a Teoria do Capital Humano se alicerça na meritocracia e produz maior alienação do trabalhador em relação ao fruto de seu trabalho, o que pretende a escola universalista é exatamente a desalienação, a emancipação humana ante a exploração da sociedade capitalista.

À GUIA DE (PROVOCAÇÃO) CONCLUSÃO

Historicamente a formação dos trabalhadores sempre esteve ligada ao local de trabalho, cabendo a um grupo pequeno de pessoas um processo formal/oficial de intelectualização, isto em qualquer sociedade, desde o Egito Antigo, os povos orientais e as sociedades greco-romanas, das quais o mundo ocidental é herdeira cultural.

Essa dualidade, que precede o mundo capitalista contemporâneo, nos tempos atuais, acentua-se, mesmo que haja um processo contínuo de universalização da escolarização oficial, que tenha ocorrido uma separação entre os saberes que se obtém no processo produtivo e

àqueles adquiridos em espaços formais de ensino, ou melhor, mesmo que o que se aprende nas fábricas e oficinas, no processo direto de trabalho cotidiano seja considerado diferente e, geralmente, inferior ao que se obtém nos bancos escolares.

No Brasil, no campo da educação, desde a Constituição de 1988, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, e os Planos Nacionais de Educação, busca-se a universalização da educação básica, isto é, dos Ensinos Fundamental e Médio. Ao mesmo tempo, as reformas estruturantes ocorridas na década de 2000, fortaleceram e fizeram crescer o Ensino Profissionalizante, seja na modalidade integrada à educação básica, seja em forma de cursos complementares.

A educação profissional assume um papel redentor, apresenta-se como o caminho que irá resgatar os filhos das classes trabalhadoras do mundo da indigência social e os transportará, em uma carruagem dourada, para o mundo do trabalho. Alternativa única para quem nasce pobre.

Neste sentido, não poderia ser diferente a acentuação da dualidade educacional no país, as escolas voltadas para os que nascem abastados economicamente levam os jovens há um mundo culturalmente amplo, cheio de alternativas, de possibilidades, de saberes, de objetos e conhecimentos. Aos jovens oriundos das famílias cujos pais são de baixa renda, a formação necessária é a para o trabalho, nada mais necessitando que isso, daí também não ser necessário uma escola ampla e diversificada.

É necessário romper essa dualidade no sistema, sem o qual jamais haverá possibilidade de construção de uma outra sociedade. Isso passa pela desconstrução de todo o sistema educacional atual, inclusive o profissional. A defesa de um novo sistema que englobe todas as pessoas desde a tenra idade até a profissionalização em nível superior. Um sistema contínuo, em que nas primeiras fases da vida o jovem seja conduzido pela produção cultural da humanidade, de toda a humanidade, não somente do mundo e da lógica de mundo ocidental/europeia.

Esse sistema ao qual, inicialmente, chamamos de educação universalista, está presente nos esboços de muitos pedagogos, mas fundamentalmente, deve estar presente nos corações daqueles que desejam que a sociedade capitalista seja superada por uma que leve a abolição das classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital humano. Rio de Janeiro: FGV, 1979. (Dissertação de Mestrado).

BARROSO, J. (org). **O estudo da escola**. Porto-Portugal: Porto Editora, 1996.

DORE SOARES, R. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação profissional no 2º grau: em busca do horizonte da Educação Politécnica. In: **Cadernos de Saúde Pública**, vol.4, n.4, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1988000400012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>, acessado em junho de 2016.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (org.) (1999). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1989.

MAFRA, Leila de A. A sociologia dos estabelecimentos escolares. Passado e presente de um campo de pesquisa em construção. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília P. de; VILELA, Rita Amélia T. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Educação para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho)

NÓVOA, A. (org) **As organizações escolares em análise**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1992.

RODRIGUES, José. **A Educação politécnica no Brasil**. Niterói: Editora UFF, 1998.

SALES, Francisco J. L. Mudanças no mundo do trabalho e o novo discurso pedagógico do capital. In: **Revista Labor**, nº 3. Vol. 1, 2010. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/mundo_do_trabalho.pdf>, acessado em jun de 2015.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

_____. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

